



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
0.481.248/20-1



2º TABELONATO

DBE OK

CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET
027746807-8



DADOS CADASTRAIS

ATO Inclusão/Alteração de Integrantes; /				JUCESP	
NOME EMPRESARIAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BALOES LTDA /			PORTE Normal /		SE
LOGRADOURO AVENIDA MARGINAL DA RODOVIA RAPOSO TAVARES /		NÚMERO 139 /	COMPLEMENTO		ND
MUNICÍPIO São Roque /	UF SP /	TELEFONE (11)38477777 /	EMAIL		24
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 2 /	CNPJ - SEDE 07.003.744/0001-09 /	NIRE - SEDE 3523182130-1 /			SÃO PAULO
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA			VALORES RECOLHIDOS		SEQ. DOC.
NOME: ANTONIO CARLOS BONFANTE (Administrador) /			DARE: R\$ 151,86		1 / 1
ASSINATURA: x /			DARF: R\$,00		
DATA: 01/07/2020					

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO JUCESP FR 197 OJAS 24 JUL 2020 SÃO PAULO PROTOCOLO	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 1409 (141886)	CARIMBO ANÁLISE JUCESP "SINDILOJAS-SP" DEFERIDO 28 JUL 2020 Bardaury de Almeida Monteiro Assessor Técnico do Registro Público RG: 33.938.731-2
--	---	---

ANEXOS: <input checked="" type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formal de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros	EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE <input type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão	ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP GISELA SIMIEMA CESCHIN SECRETÁRIA GERAL 248.779/20-5
OBSERVAÇÕES:		

2º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Rua Sete de Setembro, 56 - São Roque - SP - Fone/Fax: (11) 4712-6540



Reconheço por semelhança 01 firma sem valor econômico de
ANTONIO CARLOS BONFANTE e dou fe.

Selo: S11108AA193665

SÃO ROQUE, 02 de Julho de 2020. Pago: R\$6,54 Hr: 14:44

Em Teste da verdade.

ESCRITÓRIO GONÇALVES GRISOLIA - ESCRIVENTE
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE.

"VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM CANCELAS E ASSINATURAS"



VALOR DE CERTIDÃO

JUCESP

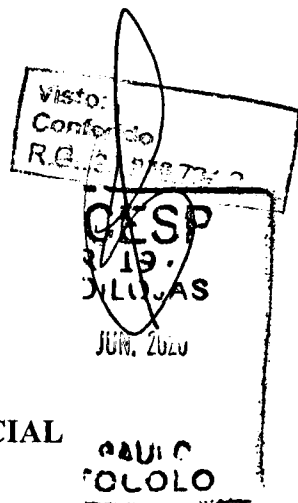
10

2017 20

**1ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BALÕES LTDA.**

CNPJ/MF: 07.003.744/0001-09

NIRE: 35.231.821.301



JUCESP
197
019

JUL 2020

PAULO
COLOLO

Pelo presente instrumento, as partes:

FIVE STAR M.R. PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, com sede no Município de São Roque, Estado de São Paulo, na Estrada dos Mendes, nº 740, sala 01, bairro de Taboão, CEP: 18135-140, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o nº 07.710.419/0001-86 e com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35.220.151.155, neste ato representada por seu administrador, Sr. **Sérgio Augusto Pereira Félix**, brasileiro, maior e capaz, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.404.778 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 051.369.338-60, residente e domiciliado no Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, na Rua das Orquídeas, n. 213, bairro Jardim Novo Mundo, CEP 13211-600 ("Five Star");

PRISCILA BONFANTE, brasileira, solteira, comerciante, nascida em 20/11/1973 portadora da cédula de identidade RG nº 23.620.647-3-SSP/SP e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 184.643.698-24, residente e domiciliada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Ceci, nº. 1.848, Planalto Paulista, CEP 04065-003 ("Priscila"); e

CARLOS EDUARDO BONFANTE, brasileiro, solteiro, designer, nascido em 29/08/1975, portador da cédula de identidade RG nº 23.620.648-5-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 260.548.318-52, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Roque Petrella, nº. 931, bairro Brooklin, na Capital do estado de São Paulo, CEP: 04581-051 ("Carlos Eduardo").



JUCESP

18

2017/20



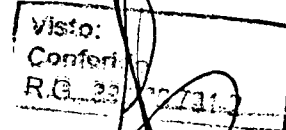
Sócios detentores da totalidade das quotas representativas do capital social da INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BALÕES LTDA., sociedade empresária limitada com sede no Município de São Roque, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal da Rodovia Raposo Tavares, nº 139, bairro Vargem Grande, CEP 18130-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.003.744/0001-09 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.231.821.301 ("Sociedade"), têm entre si justo e acordado, alterar e consolidar o contrato social da Sociedade, nos seguintes termos e condições:

Transferência de Quotas

1. A sócia Priscila, neste ato, retira-se da Sociedade, cedendo e transferindo, a título oneroso, 63.602 (sessenta e três mil, seiscentas e duas) quotas representativas do capital social da Sociedade de sua propriedade, com tudo o que estas representam, livres e desembaraçadas de qualquer ônus, encargos e/ou gravames de qualquer natureza, no valor total de R\$ 63.602,00 (sessenta e três mil, seiscentos e dois reais) à sócia Five Star, acima qualificada.
2. Priscila e Five Star outorgam, reciprocamente, a mais ampla, plena, rasa, geral, irrestrita, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar ou receber, seja a que título ou tempo for, em juízo ou fora dele, com relação a todos e quaisquer direitos decorrentes da cessão e transferência descrita acima.
3. Ato contínuo, ao sócio Carlos Eduardo neste ato, retira-se da Sociedade, cedendo e transferindo, a título oneroso, 63.602 (sessenta e três mil, seiscentas e duas) quotas representativas do capital social da Sociedade de sua propriedade, com tudo o que estas representam, livres e desembaraçadas de qualquer ônus, encargos e/ou gravames de qualquer natureza, no valor total de R\$ 63.602,00 (sessenta e três mil, seiscentos e dois reais) à sócia Five Star, acima qualificada.
4. Carlos Eduardo e Five Star outorgam, reciprocamente, a mais ampla, plena, rasa, geral, irrestrita, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar ou receber, seja a que título ou tempo for, em juízo ou fora dele, com relação a todos e quaisquer direitos decorrentes da cessão e transferência descrita acima.
5. A sócia Five Star sub-roga-se em todos os direitos inerentes às quotas da Sociedade de que passa a ser titular conforme itens 1 e 3 acima.

JUL 20

18



22 02 2018

6. A sócia Five Star, que passa a deter 1.060.030 (um milhão, sessenta mil e trinta) quotas, no valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, representativas da totalidade do capital social da Sociedade, mantendo-se como única sócia

Alteração da Cláusula Quinta do Contrato Social

7. Tendo em vista as alterações estabelecidas acima, a sócia Five Star decide alterar a Cláusula Quinta do Contrato Social, que terá a seguinte nova redação:

"CLÁUSULA QUINTA. O capital social é de R\$ 1.060.030,00 (um milhão, sessenta mil e trinta reais), dividido em 1.060.030 (um milhão, sessenta mil e trinta) quotas sociais, no valor nominal de R\$ R\$ 1,00 (um real) cada quota, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, todas de titularidade da sócia Five Star."

Consolidação do Contrato Social

8. Em vista das deliberações tomadas acima, a única sócia Five Star decide, sem reservas, consolidar a redação do contrato social da Sociedade que passa a vigorar, na íntegra, com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BALÕES LTDA.

CNPJ/MF: 07.003.744/0001-09

NIRE: 35.231.821.301

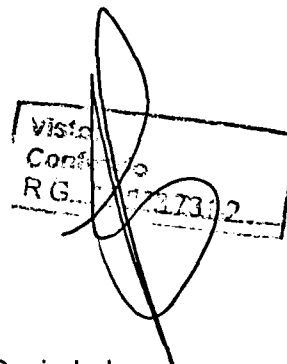
CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A Sociedade gira sob a denominação social da **INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BALÕES LTDA.** e é regida pelo presente Contrato Social e disposições legais aplicáveis inseridas no capítulo próprio das sociedades limitadas da Lei Federal 10.406/2002 (o "Código Civil"), sendo ainda regida de forma

JUL 13 2011

13



JUL 13 2011

supletiva pela Lei Federal 6.404/1976 e alterações posteriores (a "Lei das Sociedades Anônimas"), conforme permitido pelo parágrafo único do Artigo 1.053 do Código Civil.

CLÁUSULA SEGUNDA. A Sociedade tem sede no Município de São Roque, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal da Rodovia Raposo Tavares, nº 139, bairro Vargem Grande, CEP 18130-000 e poderá abrir filiais e outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e /ou no exterior.

CLÁUSULA TERCEIRA. A Sociedade vigorará por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II

OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA. A Sociedade tem por objeto social (i) industrialização por conta própria e de terceiros; (ii) comercialização de artefatos de borracha e látex; e (iii) a instalação de máquinas e equipamentos industriais.

Parágrafo Único. A Sociedade poderá se dedicar a todas as atividades que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social e que sejam convenientes aos seus interesses sociais, desde que não sejam proibidos por lei ou pelo Contrato Social.

CAPÍTULO III

CAPITAL SOCIAL E QUOTAS

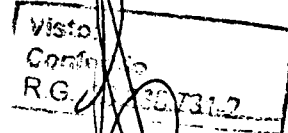
CLÁUSULA QUINTA. O capital social é de R\$ 1.060.030,00 (um milhão, sessenta mil e trinta reais), dividido em 1.060.030 (um milhão, sessenta mil e trinta) quotas sociais, no valor nominal de R\$ R\$ 1,00 (um real) cada quota, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, todas de titularidade da Sócia Five Star.

Parágrafo Primeiro. A responsabilidade dos Sócios é restrita ao valor de suas quotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

JUL 29

10

2007



Parágrafo Segundo. Os Sócios participam de eventuais perdas da Sociedade na proporção das respectivas participações societárias, conforme disposto no Artigo 997, Inciso VII, do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA SEXTA. As quotas sociais são indivisíveis perante a Sociedade, que reconhece apenas 01 (um) proprietário para cada uma delas, aplicando-se, quanto aos casos em que a quota pertencer a mais de um titular, as disposições previstas no Parágrafo Primeiro do Artigo 1.056 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Único. Observadas as condições previstas no Contrato Social e na legislação aplicável, cada quota dá direito a 01 (um) voto nas deliberações sociais da Sociedade.

CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA SÉTIMA. A Sociedade será administrada por até 2 (dois) administradores, sócios ou não, nomeados pelos sócios representando a maioria do capital social.

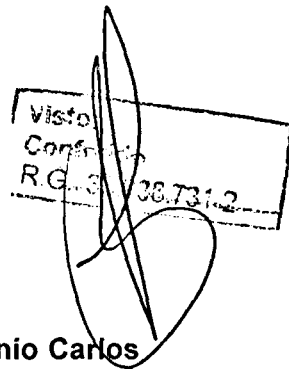
Parágrafo Primeiro. A administração da Sociedade caberá ao Sr. **Antonio Carlos Bonfante**, brasileiro, maior e capaz, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 4812530 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 058.738.608-82, residente e domiciliado no Município de Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo, na Rua Bento Gonçalves, nº 155, bairro Tijuco Preto, CEP 06730-000 ("Administrador").

Parágrafo Segundo. O mandato do Administrador vigorará por prazo indeterminado de duração.

Parágrafo Terceiro. O valor das retiradas a título de *pro labore* será definido pelo sócio administrador da Five Star Participações, observado se necessário o quórum de aprovação previsto no Capítulo V do Contrato Social.

JUL 29

10



08 07 20

Parágrafo Quarto. O Administrador regularmente eleito, a saber, Sr. Antonio Carlos Bonfante, declara estar apto para exercer a administração da Sociedade, bem como que não está incurso em nenhum dos crimes previstos no Artigo 1.011, Parágrafo 1º do Código Civil.

CLÁUSULA OITAVA. Compete ao Administrador exercer as atribuições que a Lei e o Contrato Social lhe conferirem para a prática de atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade, observadas as disposições previstas no Contrato Social.

Parágrafo Primeiro. A representação da Sociedade somente será válida se forem observadas as regras previstas nas alíneas "(a)" e "(b)" abaixo:

1. através da assinatura isolada do Administrador da Sociedade; ou
2. através da assinatura isolada de um procurador regularmente constituído pela Sociedade, nos termos previstos no Parágrafo Segundo desta Cláusula Oitava.

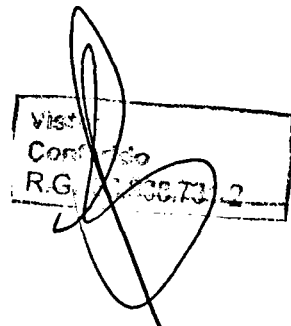
Parágrafo Segundo. A outorga das procurações e a constituição de mandatários em nome da Sociedade somente serão válidos se forem observadas as regras de representação prevista na alínea "(a)" do Parágrafo Primeiro desta Cláusula Oitava. As procurações e instrumentos de mandato deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter prazo de validade limitado a até 03 (três) anos.

Parágrafo Terceiro. São expressamente vedados, sendo nulos de pleno direito e inoperantes em relação à Sociedade, os atos do Administrador, procurador(es) ou funcionário(s) da Sociedade, que a envolverem em obrigações relativas a operações ou negócios estranhos aos determinados pelo objeto social ou que não tenham sido especificados nos mandatos conferidos, tais como, mas não limitado a, fianças, avais ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto, se houver a aprovação prévia e expressa dos sócios da Sociedade, observado o quórum de aprovação previsto no Capítulo V do Contrato Social da Sociedade.

JUL 30

18

2007 00



Parágrafo Quarto. Os atos praticados em desacordo com as regras previstas nesta Cláusula Oitava serão nulos de pleno direito em relação à Sociedade, acarretando, a responsabilização do Administrador e/ou mandatário(s) envolvido(s) que tiver(em) praticado(s) o(s) respectivo(s) ato(s).

CAPÍTULO V

DELIBERAÇÕES SOCIAIS

CLÁUSULA NONA. As deliberações que digam respeito à Sociedade, dependerão da aprovação prévia e por escrito dos sócios que representem a maioria do capital social da Sociedade, exceto, especificamente, aquelas matérias previstas no Artigo 1.076, inciso I, do Código Civil Brasileiro e as matérias abaixo indicadas, as quais dependerão de aprovação prévia e por escrito dos sócios que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da Sociedade, a saber:

1. alteração do Contrato Social da Sociedade;
2. transformação de tipo jurídico da Sociedade, bem como a fusão, incorporação e/ou cisão da Sociedade;
3. aumento do capital social da Sociedade, bem como a definição do preço de emissão de novas quotas sociais;
4. alienação, a qualquer título, e/ou constituição de ônus e gravames sobre quaisquer bens integrantes do ativo não circulante da Sociedade;
5. aprovação das demonstrações financeiras da Sociedade;
6. mudança da atividade principal da Sociedade; e
7. pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial da Sociedade, declaração de auto de falência, liquidação e/ou dissolução da Sociedade.

DA
Frai
ELIA

7

JUL 03

10

2007 20

CAPÍTULO VI

Visto:
Conferido
R.G. 0330 07312

FORMALIDADES QUANTO À REUNIÃO DE SÓCIOS

CLÁUSULA DÉCIMA. As deliberações dos sócios serão tomadas na forma de Reunião de Sócios e registradas em ata de Reunião de Sócios e/ou através de alteração de Contrato Social da Sociedade.

Parágrafo Primeiro. Toda e qualquer Reunião de Sócios ficará dispensada quando todos os sócios deliberarem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto da referida Reunião de Sócios, observado o disposto no Capítulo V do Contrato Social.

Parágrafo Segundo. Quando não for possível a dispensa, as Reuniões de Sócios serão convocadas pelo Administrador da Sociedade.

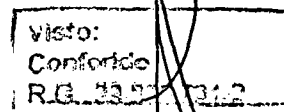
Parágrafo Terceiro. As Reuniões de Sócios serão convocadas mediante correspondência protocolizada, carta registrada com aviso de recebimento, via fax, por e-mail ou qualquer outra forma que permita a comprovação da ciência por parte do sócio sujeito à convocação, com no mínimo 08 (oito) dias de antecedência da realização da Reunião de Sócios para a primeira convocação, e 05 (cinco) dias de antecedência para segunda convocação.

Parágrafo Quarto. Nos termos do Artigo 1.074 do Código Civil Brasileiro, as Reuniões de Sócios da Sociedade serão instaladas em primeira convocação, com a presença de sócios representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social e, em segunda convocação, de sócio(s) quotista(s) representando a maioria do capital social da Sociedade. Nos anúncios de convocação para quaisquer Reuniões de Sócios, já constará a convocação em primeira e segunda chamadas, de forma que a Reunião de Sócios será instalada em segunda convocação sempre 30 (trinta) minutos após a convocação em primeira chamada, a fim de minimizar custos de convocação para a Sociedade.

Parágrafo Quinto. Cada um dos sócios se obriga a comunicar imediatamente à Sociedade, qualquer alteração no seu respectivo endereço constante no preâmbulo do Contrato Social, a fim de que sejam formalizadas as atualizações necessárias para a convocação dos sócios.

JUL 10 2011

10



2011 07 10

Parágrafo Sexto. Dispensam-se as formalidades de convocação quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Sétimo. As Reuniões de Sócios serão realizadas na sede social e serão presididas por um dos sócios ou seu representante e secretariada pelo outro sócio ou representante deste sócio quotista, ou ainda, por terceiro.

Parágrafo Oitavo. As deliberações aprovadas pelos sócios da Sociedade serão registradas em Ata de Reunião de Sócios ou no instrumento de alteração de Contrato Social da Sociedade, ficando, em ambos os casos, dispensado o Livro de Registro de Atas das Reuniões de Sócios.

Parágrafo Nono. As deliberações aprovadas em conformidade com a Lei e o Contrato Social da Sociedade vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes, nos termos do Código Civil Brasileiro.

CAPÍTULO VII

EXERCÍCIO SOCIAL, APROVAÇÃO DE CONTAS E RESULTADOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. O exercício social da Sociedade se inicia em 1º de janeiro e se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano civil, data em que serão levantados o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras do respectivo exercício.

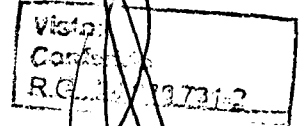
Parágrafo Primeiro. Será realizada Reunião Anual de Sócios, nos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para tomar as contas do Administrador e deliberar sobre o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras do respectivo exercício, a destinação do resultado do exercício e também para tratar de outras matérias constantes da ordem do dia quando aplicável.

Parágrafo Segundo. Aplicam-se às Reuniões Anuais de Sócios os procedimentos previstos no Capítulo V e no Capítulo VI do Contrato Social.

JUL 2019

10

20 07 2019



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Os lucros líquidos do exercício terão a aplicação que lhes for determinada pelos sócios da Sociedade, observado o disposto na Cláusula Nona do Contrato Social.

Parágrafo Primeiro. Os sócios da Sociedade poderão determinar o levantamento de Demonstrações Financeiras em períodos anuais, semestrais, trimestrais e/ou mensais e, os sócios, observado o quórum de aprovação previsto no Capítulo V do Contrato Social da Sociedade, deliberarão sobre a distribuição de lucros na forma de dividendos com base nos resultados apurados nas respectivas Demonstrações Financeiras, respeitados os requisitos legais.

Parágrafo Segundo. A qualquer tempo, os sócios reunidos em Reunião de Sócios e, observado o quórum de aprovação previsto no Capítulo V do Contrato Social, também poderão deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários existentes na conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes nas Demonstrações Financeiras anuais, semestrais, trimestrais e/ou mensais da Sociedade.

Parágrafo Terceiro. Os lucros auferidos pela Sociedade deverão ser distribuídos proporcionalmente à participação societária de cada um dos sócios da Sociedade, exceto, se em Reunião de Sócios, for aprovada a distribuição desproporcional de lucros da Sociedade, observado o quórum de aprovação previsto no Capítulo V do Contrato Social.

CAPÍTULO VIII

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS SOCIAIS

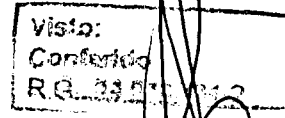
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. As quotas que compõem o capital social da Sociedade não poderão ser cedidas ou transferidas, a qualquer título, sem o prévio oferecimento por escrito ao outro sócio da Sociedade, ficando assegurado a estes, em igualdade de forma, condições e preço com terceiros, o direito de preferência para a aquisição das referidas quotas.

Parágrafo Primeiro. O sócio que desejar ceder ou transferir suas quotas deverá, previamente, notificar por escrito o outro sócio da Sociedade acerca da sua pretensão, através do envio de carta registrada com aviso de recebimento (a "Notificação"), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a fim de informá-lo por escrito sobre a forma, preço e condições da transferência total ou parcial de sua participação societária na Sociedade.

JUL 03 2011

10

20 07 2011



Parágrafo Segundo. O sócio notificado, na forma prevista no Parágrafo Primeiro acima, terá o prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para exercer ou não seu direito de preferência na aquisição das quotas, pela mesma forma, preço e condições descritas na notificação enviada pelo sócio notificante.

CAPÍTULO IX

EXCLUSÃO DE SÓCIOS POR JUSTA CAUSA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Será lícita a exclusão extrajudicial por justa causa de Sócio Quotista da Sociedade que praticar atos de inegável gravidade, colocando em risco a continuidade da Sociedade, observado o quórum de aprovação previsto no Código Civil Brasileiro e no Capítulo V do Contrato Social da Sociedade.

Parágrafo Único. A exclusão extrajudicial de qualquer Sócio Quotista por justa causa deverá ser aprovada em Reunião de Sócios especialmente convocada para tal fim, cientificando-se o Sócio Quotista sujeito à exclusão, na forma prevista no Parágrafo Terceiro da Cláusula Décima do Contrato Social, para que referido Sócio Quotista compareça na Reunião de Sócios e possa exercer o seu direito de defesa.

CAPÍTULO X

SOLUÇÃO DE CONFLITOS

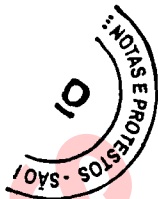
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, como competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do Contrato Social, seja nas relações entre os sócios ou entre estes e a Sociedade.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. A Sociedade dissolver-se-á nos casos previstos no Artigo 1.033 do Código Civil, observado o quórum previsto no Capítulo V.

Parágrafo Único. No caso de dissolução da Sociedade, a nomeação ou a destituição do liquidante e o julgamento das suas contas, deverão ser aprovados pelos sócios



JUL 2020

10

Visto:
Conferido:
R. 03/03/2020 13:12



com direito a voto, observado o quórum de aprovação previsto no Capítulo V do Contrato Social. Os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o patrimônio remanescente, se houver, será distribuído entre os Sócios na proporção de suas quotas sociais da Sociedade à época da dissolução da Sociedade.

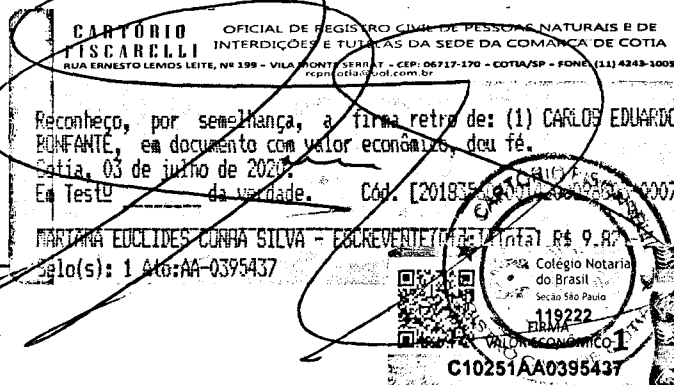
E, por assim estarem juntos e contratados, os sócios assinam o presente Contrato Social em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produzam um só efeito, na presença das 02 (duas) testemunhas a tudo presentes que também assinam.

São Roque, 02 de março de 2020.

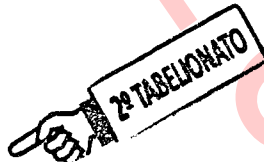
Sócia:



FIVE STAR M.R. PARTICIPAÇÕES LTDA
por. Sérgio Augusto Pereira Félix



Sócios Retirantes:



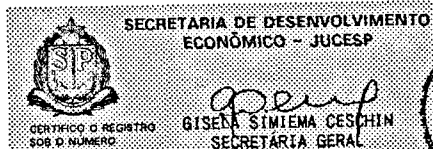
Priscila Bonfante

Carlos Eduardo Bonfante

Testemunhas:

Nome: Simone Larocca S. Assunção
RG: 24.954.814-8
CPF/MF: 150.526.148-10

Nome: Antonio Carlos Bonfante
RG: 4.812.530-1
CPF/MF: 058.738.608-82



248.779/20-5





2º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

Rua Sete de Setembro, 56 - São Roque - SP - Fone/Fax: (11) 4712-6540

Reconheço por semelhança 01 firma com valor econômico de
PRISCILA ROMFANTE e dou fe.*****

Selo: C11108AA164551
SAO ROQUE, 02 de Julho de 2020. Pago: R\$10,00 Hr.14:44
Em Teste da verdade.
ESOM CARLOS GRISSOLIA - ESCRIVENTE
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE.

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE EM EMENDAS E DOUÇASURAS



CARTÓRIO DE CAJAMAR - SP

Reconheço, por semelhança, a firma de: as do Município de Cajamar, SP - 07714-000
(1) SERGIO AUGUSTO PEREIRA
FELIX, em documento com valor econômico, dou fe.
Cajamar, 24 de Junho de 2020.
Em Teste da verdade. Cajamar, SP - 07714-000
Cód. (20296149-1082200084188 - 000080) - Registro Civil

PATRICIA ROSA PINTO - ESCRIVENTE AUTORIZADA (Ord 1: Toda SP, SP)
Selo: Selo(s): 1 Ata: C1AA - 0271766
de Cajamar - Registro Civil das Pessoas Naturais
Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e do
Registro Civil - VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DRE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027746807-8		NIRE SEDE 3523182130-1		NOME EMPRESARIAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BALOES LTDA		
NOME DO INTEGRANTE JOSÉ DA SILVA				IDENTIFICAÇÃO 184.643.698-24		
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE
COR OU RAÇA						
LOGRADOURO (rua, av, etc)						NÚMERO
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO				CEP
MUNICIPIO					UF	PAIS
TIPO DE OPERAÇÃO Saída de Cargos com Capital		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS NENHUM						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027746807-8	NIRE SEDE 3523182130-1	NOME EMPRESARIAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BALOES LTDA				
NOME DO INTEGRANTE JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO					IDENTIFICAÇÃO 260.548.318-52	
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE
COR OU RAÇA						
LOGRADOURO (rua, av, etc)						NÚMERO
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO				CEP
MUNICIPIO					UF	PAIS
TIPO DE OPERAÇÃO Saída de Cargos com Capital	TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS NENHUM						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 027746807-8	NIRE SEDE 3523182130-1	NOME EMPRESARIAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BAIXOS LTDA				
NOME DO INTEGRANTE INDUSTRIA BRASILEIRA DE BAIXOS LTDA					IDENTIFICAÇÃO 3522015115-5	
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE
COR OU RAÇA						
LOGRADOURO (rua, av, etc)						NÚMERO
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO				CEP
MUNICIPIO					UF	PAIS
TIPO DE OPERAÇÃO Redistribuição de Capital	TIPO DE INTEGRANTE PJ - Registro na Junta Comercial			USO DA FIRMA Não		
PARTICIPAÇÃO Participação no Capital: R\$ 1.060.030,00 - UM MILHÃO, SESENTA MIL, TRINTA REAIS						
CARGOS NENHUM						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

Visto:

Conferido:

33 7312

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado de São Paulo

PROTOCOLO REDESIM
SPN2089010270

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)

INDUSTRIA BRASILEIRA DE BALOES LTDA.

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

07.003.744/0001-09

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

247 Alteracao de capital social

Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Número de Controle: SP33030611 - 07003744000109

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME

ANTONIO CARLOS BONFANTE

CPF

058.738.608-82

LOCAL

DATA

03/06/2020

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 60.962.909/0001-52

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018



JUCESP PROTOCOLO
0.394.878/20-6



CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET
027719817-8

DADOS CADASTRAIS

ATO Inclusão/Alteração de Integrantes;			
NOME EMPRESARIAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BALÕES LTDA			PORTE Normal
LOGRADOURO AVENIDA MARGINAL DA RODOVIA RAPOSO TAVARES		NÚMERO 139	CEP 18130-005
MUNICÍPIO São Roque	UF SP	TELEFONE (11)32311999	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 1	CNPJ - SEDE 07.003.744/0001-09	NIRE - SEDE 3523182130-1	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: ANTONIO CARLOS BONFANTE (Administrador)		VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 151,86 DARF: R\$,00	SEQ. DOC. 1 / 1
ASSINATURA:		DATA: 25/06/2020	

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO	CARIMBO ANÁLISE
-----------------------	----------------------	---------------------



2ª TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Rua Selo de Setembro, 56 - São Roque - SP - Fone/Fax: (11) 4712-6540

Reconheço por semelhança 01 firma sem valor econômico de
ANTONIO CARLOS BONFANTE e do
Selo: S11108AA193534
SÃO ROQUE, 25 de Junho de 2020. Pago: R\$6,54 H. 11:31
Em Teste da verdade.
VITOR GONCALVES DANTAS DOS SANTOS - ESCRIVÃO
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE.

"VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS"



FORMULÁRIO PADRONIZADO DE EXIGÊNCIAS

Cumprir a(s) exigência(s) selecionada(s) no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da retirada do processo, devendo o presente formulário de exigência instruir o processo na reentrada, uma vez que constitui parte integrante do documento trazido a registro. A apresentação do processo, após o prazo de 30 (trinta) dias será considerado um novo processo sujeito ao pagamento do respectivo preço público novamente (artigo 57, §3º do Decreto 1800/96).

Nº	Detalhes/Fundamentação	
Apresentação de documentos		
1	Juntar Cópias Autenticadas dos documentos de Identidade do titular/sócio/administrador/diretor/procurador; se estrangeiro, apresentar Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) ou certidão expedida pela Polícia Federal – art. 34, V, do Decreto 1.800/96 e IN DREI nº 34/17.	
2	Juntar Declaração de enquadramento, desenquadramento ou reenquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte; ou incluir cláusula específica no ato. Art. 32, II, "b" do Decreto 1.800/96 e LC 123/06.	
3	Comprovar representação do sócio de pessoa jurídica, por meio de cópia de ato registrado em outra Junta Comercial ou cartório. Art. 45, do Código Civil c/c art. 37 da Lei 8.934/94 e item 1.1 da IN/DREI nº 38/2017.	
4	Juntar Alvará Judicial ou Formal de Partilha judicial ou extrajudicial ou o termo de inventariança – Arts. 610 e 619 do CPC, Item 3.2.7 da IN/DREI nº 38/2017.	
5	Juntar comprovante da mudança do nome de titular/sócio/administrador. Art. 16 do CC	
6	Juntar os avisos de convocação nos termos do contrato ou da lei, facultada a indicação no ato da data, do nome e da página dos jornais onde foram publicadas as convocações – Art. 1.152 do Código Civil.	
7	Anexar prova da existência legal da pessoa jurídica estrangeira e comprovação de que o signatário do ato tem poderes para representar a sócia/titular, ambos devidamente legalizados (na língua original, traduzidos por tradutor juramentado e consularizados ou apostilados e com registro em cartório – art.129, 6º Lei 6.015/73). Art. 1.134 do CC, art. 18 do Decreto 13.609/43, Decreto 8.660/16. Dispensa-se a consularização estrangeiros que residam no país no Mercosul	
8	Juntar as demonstrações financeiras e as publicações caso sejam obrigatórias; salvo declaração expressa de que a empresa/sociedade não se enquadra como empresa de grande porte - Art. 3º da Lei 11.638 de 2007.	
Assinatura		
9	As folhas não assinadas devem ser rubricadas pelos signatários – Art. 4º da IN/DREI nº 40/2017.	
10	Em casos de Constituição Normal/Constituição por Transformação, o Advogado deverá visar o ato indicando seu nome e nº da OAB, se não enquadrada como ME/EPP – §2º, do art. 1º, da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia)	
11	Falta assinatura de titular/sócio/administrador - IN/DREI nº 38/2017	
12	Assinar a capa do Cadastro VRE (art. 1.151 do CC e art. 40 do Decreto 1800/96)	
13	Reconhecer firma do titular/sócio/administrador/procurador (artigo 1.153 do Código Civil e IN DREI nº 38).	
14	Apresentar documento de identidade do procurador ou reconhecer firma da assinatura (Art. 1.153 do CC) - no caso de procuração particular.	
15	Falta assinatura do cônjuge para integralização do capital com bens imóveis (outorga uxória). Art. 220 e 1.647 do CC.	
16	Identificar os Signatários. Art. 1.153, do Código Civil, Anexos, da IN/DREI nº 38/2017.	
Integrantes (sócio/titular)		
17	O menor relativamente capaz (dos 16 aos 18 anos), sócio ou titular da sociedade/empresa, deve ser assistido por ambos os pais, devendo este assinar o instrumento conjuntamente com os seus responsáveis (arts. 1.634, VII e 1.690 do CC, IN DREI n.º 38/2017, Anexo II, item 1.2.6, alínea "B" e observação 1; Anexo V, item 1.2.5, alínea "B" e observação 1).	

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONTROLE INTERNET
027719817-8

19	O menor emancipado deverá apresentar a certidão de emancipação no ato a ser arquivado. IN DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.6, alínea "B" e observação 1; Anexo V, item 1.2.5, alínea "b" e observação 1.	
20	O sócio absolutamente incapaz não deve assinar o Instrumento, o qual deverá ser assinado por seu(s) representante(s) legais (IN DREI nº 38, Anexo II, Item 1.2.6, alínea "d")	
21	O sócio relativamente incapaz deve assinar o Instrumento em conjunto com seus assistentes (IN DREI nº 38, Anexo II, Item 1.2.6, alínea "c").	
22	Colher as assinaturas das testemunhas (devidamente qualificadas: nome completo, o nº do RG e o órgão expedidor), se optar por indicá-las no Instrumento (Enunciado 33 da Jucesp e Art. 34 do Dec. 1800/96).	
23	O empresário individual e o titular da Eireli poderão ter apenas uma única inscrição no país. (IN DREI nº38, Anexo I, Item 1.3.3)	
Administração		
24	Pessoa jurídica não poderá exercer a Administração de sociedade ou empresa. Art. 1.011 do CC; IN DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.8; Anexo V, item 1.2.12.3.	
25	Inserir Declaração de Desimpedimento no ato ou apresentar em documento anexo - IN/DREI nº 38/2017, Anexo III, item 1.1 e 3.1	
Capital		
26	Corrigir o valor do Capital Social, o valor das cotas ou a sua distribuição – Item 1.2.10 e ss. da IN/DREI nº 38/2017	
27	Declarar ou corrigir a Forma e/ou o Prazo de Integralização do Capital - Item 1.2.10 e ss. da IN/DREI nº 38/2017	
28	O capital social da EIRELI deve ser de no mínimo 100 vezes o salário mínimo vigente e deve estar totalmente integralizado (Art. 980-A do CC)	
29	O Capital Social deve estar totalmente integralizado em virtude da presença de sócio menor de idade no quadro societário. §3º do art. 974, do Código Civil.	
30	O capital social está abaixo do mínimo exigido para as atividades nos termos da legislação específica. Art. 13 da Lei 7.102/83, com redação dada pela Lei 9.017/95, para empresa de vigilância e transporte de valores, Art. 4ºB da Lei 6.019/74, com redação dada pela	
31	O capital social da filial deverá ser inferior ao da matriz.. Anexo III, da IN/DREI nº 38/2017, item 5.1.7.	
32	Indicar a forma, o modo e o prazo de integralização do capital social. Art. 997, III e IV c/c 1.004 do CC.	
33	É vedado o fracionamento de cotas. Art. 1.056 do CC.	
Corrigir o ato		
34	Inserir no ato em cláusula expressa que o titular da EIRELI não participa de nenhuma outra empresa da mesma modalidade - item 1.2, do Anexo V, da IN/DREI 38/2017.	
35	Informações do Instrumento não conferem com atos anteriormente arquivados – art. 34, I, da Lei 8934/94.	
36	Esclarecer se a cessão/transferência foi realizada por doação (gratuita) ou venda (onerosa) – Item 3.2.6.1 da IN/DREI nº 38/2017.	
37	Declarar o Responsável pelo passivo e ativo porventura supervenientes e pelos livros contábeis obrigatórios – IN/DREI nº 38/2017, Anexo III, item 9.2.4.	
38	A empresa enquadrada em ME ou EPP não pode ser sócia e não pode ter sócia pessoa jurídica – Art. 3º, §4º e incisos da Lei Complementar 123/2006.	
39	Inserir cláusula de reativação – art. 60, § 4º da Lei 8.934/94	
40	Qualificar os bens indicados para a formação do capital (de quaisquer espécies, desde que suscetíveis de avaliação pecuniária), com descrição completa, titularidade e valor atribuído. Art. 1.055, §1º CC; IN DREI 38/2017; Enunciados Jucesp nº 14 e 14.1.	
41	O Instrumento deve conter todas as cláusulas obrigatórias conforme previsto na IN DREI nº 38/2017.	
42	A Filial alterada deverá ser expressamente qualificada com seu endereço, Nire e CNPJ.	
43	Qualificação de sócio, titular, administrador, conselheiro, representante, inventariante e/ou Identificação da Empresa incorreto ou incompleto - Art. 53 Decreto 1.800/96 e IN/DREI 38/2017.	
Diversos		
44	Cônjuges casados sob o regime de comunhão universal de bens ou sob o regime de separação obrigatória de bens não podem constituir sociedade entre si (Art. 977 do CC, e IN DREI nº 38/2017 Anexo II, Item 1.2.7)	
45	Depende de outro Processo (especificar)	

ES
AS
EN
JUN 2
Ivy
Tecn
do 1
RG 33.93

46	Documento(s) apresentado(s), encontra(m)-se com rasuras, emendas, entrelinhas, ilegível, ou fora de ordem sequencial ou incompletas. Especificar. (Arts. 35 e 57 do Dec. 1.800/1996).	
47	Ato sujeito à aprovação prévia – IN/DREI 14/2013.	
48	Recolher os emolumentos devidos e/ou a diferença dos emolumentos – Item 1.1 – IN/DREI 38/2017; Art. 37, IV, Lei 8.934/94	
49	Apresentar o comprovante de pagamento da DARF (documento de arrecadação federal).	
50	Observar Impedimento ou anotação da Ficha Cadastral.	
51	Em virtude de reiteradas exigências acerca do mesmo tema, o documento foi indeferido nos termos do art. 198, inciso III do Dec. 58.879/13.	
Microempreendedor Individual - MEI		
52	Comprovar baixa do SIMEI – Art. 4º Lei Complementar 123/2006	
53	Apresentar documentação necessária para o cadastramento (certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI; cadesp (se a atividade exigir); comprovante de residência do Microempreendedor Individual ou ainda, declaração escrita que conste o endereço residencial; cópia do RG ou outro documento de identificação pessoal que conste a data de nascimento; cópia do cartão do CNPJ.	
Nome Empresarial		
54	Erro na composição do nome Empresarial (especificar) – Art. 1.158 do Código Civil e Art. 5º IN/DREI 15	
55	Colidência de nome empresarial (IN DREI n. 15, art. 6º e Decreto n. 1800/96, art. 62, §2º)	
56	Excluir a expressão "ME" ou "EPP" após a denominação social, nos termos da Lei Complementar n. 155/2016.	
Objeto Social		
57	Descrever o Objeto Social em gênero e espécie de atividades de forma clara e precisa – Art. 53, III, "b", Decreto 1.800/96.	
58	Atividade indicada não é empresária conforme legislação vigente. – Art. 966 e 982, Código Civil.	
59	Apresentar cópia autenticada da carteira da CREFITO para atividades relacionadas à fisioterapia ou terapia ocupacional (art. 30 da Resolução Coffito nº 37/1984).	
Procuração		
60	Anexar Procuração (com firma reconhecida) em processo apartado ou em anexo – Art. 653, Código Civil.	
61	A procuração deve conter poderes específicos para o ato - Art. 653 e 654 do Código Civil.	
62	Apresentar procuração lavrada por Instrumento Público, em razão da presença de sócio analfabeto no quadro societário (IN DREI nº 38, Anexo II, Item 1.2.16.1)	
63	Sócia/Titular Pessoa Jurídica com sede no exterior ou Sócia Pessoa Física residente no exterior: apresentar procuração outorgada à pessoa residente no Brasil com poderes específicos para o ato pretendido e poderes para receber citação judicial. A procuração outorgada no exterior deve estar consularizada ou apostilada (com exceção de procurações francesas e argentinas), traduzida por tradutor juramentado e registrada em Cartório de Títulos e Documentos. (Art. 129, 6º da Lei 6.015/73, Art. 119 da Lei 6.404/76, Art. 1.138 do CC, Art. 6º da IN DREI nº 34 e Enunciado nº 6 da Jucesp).	
Cadastro VRE		
64	Dados informados no cadastro VRE, divergem dos documentos apresentados – Art. 44 Decreto 1.800/96 e IN/DREI 38/2017.	
65	Código do evento incorreto no cadastro VRE	
Viabilidade		
66	Juntar viabilidade e/ou Licenciamento - Item 1.1 – IN/DREI 38/2017.	
67	Corrigir viabilidade ou juntar viabilidade válida - Item 1.1 – IN/DREI 38/2017 (ou Licenciamento)	
DBE/ Protocolo de Transmissão RFB		
68	Apresentar o Documento Básico de Entrada (DBE)	
69	O objeto social informado no Instrumento diverge do informado no DBE.	

71	O documento Básico de Entrada não está em termos para o deferimento.	
72	O código do evento não corresponde ao teor do ato trazido a arquivamento.	
73	Para os eventos de alteração do CNPJ – o número do CNPJ não corresponde ao constante do ato alterador.	
74	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos e constituição/inscrição e alteração, não corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos).	
75	O nome empresarial no requerimento de empresário não corresponde ao nome do empresário. (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome).	
76	A natureza jurídica informada não corresponde com o teor do ato a ser arquivado.	
77	O capital informado na FCPJ não corresponde ao capital constante do ato constitutivo/alterador.	
78	A descrição da atividade empresarial não está em conformidade com a descrição do CNAE informado.	
79	O DBE não está firmado por pessoa física responsável perante a RFB.	
80	O quadro de sócios/titular disposto no Instrumento diverge do DBE	
81	O endereço informado no DBE não está em consonância com o endereço indicado a ser arquivado.	
82	O nome dos sócios/titular indicado no Instrumento e/ou no DBE divergem dos dados indicados no Documento de Identidade apresentados (art. 57 do Dec. 1.800/96)	
83	A participação do(s) sócio(s) no capital social informada no Instrumento diverge do capital do(s) sócio(s) informada no DBE.	
Reiteração		
84		

- Copie e demais documentos devem estar no pedido da Juep.



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO
0.358.359/20-0



CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET
027618431-9



DADOS CADASTRAIS

ATO Inclusão/Alteração de Integrantes;			
NOME EMPRESARIAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BALOES LTDA			PORTE Normal
LOGRADOURO AVENIDA MARGINAL DA RODOVIA RAPOSO TAVARES		NÚMERO 139	COMPLEMENTO
MUNICÍPIO São Roque	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 07.003.744/0001-09	NIRE - SEDE 3523182130-1	CEP 18130-005
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: ANTONIO CARLOS BONFANTE (Administrador)		VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 151,86 DARF: R\$,00	SEQ. DOC. 1 / 1
ASSINATURA:		DATA: 02/06/2020	

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO	CARIMBO ANÁLISE Barbara Ly Belmont Alentejo Assessor Técnico do Registro Público RG 33.938.731-2
-----------------------	----------------------	---

ANEXOS:

EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> DBE | <input type="checkbox"/> Documentos Pessoais |
| <input type="checkbox"/> Procuração | <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação |
| <input type="checkbox"/> Alvará Judicial | <input type="checkbox"/> Jornal |
| <input type="checkbox"/> Formal de Partilha | <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação |
| <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial | <input type="checkbox"/> Certidão |
| <input type="checkbox"/> Outros | |

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

OBSERVAÇÕES:



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONTROLE INTERNET

027618431-9



FORMULÁRIO PADRONIZADO DE EXIGÊNCIAS

Cumprir a(s) exigência(s) selecionada(s) no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da retirada do processo, devendo o presente formulário de exigência instruir o processo na reentrada, uma vez que constitui parte integrante do documento trazido a registro. A apresentação do processo, após o prazo de 30 (trinta) dias será considerado um novo processo sujeito ao pagamento do respectivo preço público novamente (artigo 57, §3º do Decreto 1800/96).

Nº	Detalhes/Fundamentação	
Apresentação de documentos		
1	Juntar Cópias Autenticadas dos documentos de Identidade do titular/sócio/administrador/diretor/procurador; se estrangeiro, apresentar Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) ou certidão expedida pela Polícia Federal – art. 34, V, do Decreto 1.800/96 e IN DREI nº 34/17.	
2	Juntar Declaração de enquadramento, desenquadramento ou reenquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte; ou incluir cláusula específica no ato. Art. 32, II, "b" do Decreto 1.800/96 e LC 123/06.	
3	Comprovar representação do sócio de pessoa jurídica, por meio de cópia de ato registrado em outra Junta Comercial ou cartório. Art. 45, do Código Civil c/c art. 37 da Lei 8.934/94 e item 1.1 da IN/DREI nº 38/2017.	
4	Juntar Alvará Judicial ou Formal de Partilha judicial ou extrajudicial ou o termo de inventariança – Arts. 610 e 619 do CPC, item 3.2.7 da IN/DREI nº 38/2017.	
5	Juntar comprovante da mudança do nome de titular/sócio/administrador. Art. 16 do CC	
6	Juntar os avisos de convocação nos termos do contrato ou da lei, facultada a indicação no ato da data, do nome e da página dos jornais onde foram publicadas as convocações – Art. 1.152 do Código Civil.	
7	Anexar prova da existência legal da pessoa jurídica estrangeira e comprovação de que o signatário do ato tem poderes para representar a sócia/titular, ambos devidamente legalizados (na língua original, traduzidos por tradutor juramentado e consularizados ou apostilados e com registro em cartório – art. 129, 6º Lei 6.015/73). Art. 1.134 do CC, art. 18 do Decreto 13.609/43, Decreto 8.660/16. Dispensa-se a consularização estrangeiros que residam no país no Mercosul	
8	Juntar as demonstrações financeiras e as publicações caso sejam obrigatórias; salvo declaração expressa de que a empresa/sociedade não se enquadra como empresa de grande porte - Art. 3º da Lei 11.638 de 2007.	
Assinatura		
9	As folhas não assinadas devem ser rubricadas pelos signatários – Art. 4º da IN/DREI nº 40/2017.	
10	Em casos de Constituição Normal/Constituição por Transformação, o Advogado deverá visar o ato indicando seu nome e nº da OAB, se não enquadrada como ME/EPP – §2º, do art. 1º, da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia)	
11	Falta assinatura de titular/sócio/administrador - IN/DREI nº 38/2017	
12	Assinar a capa do Cadastro VRE (art. 1.151 do CC e art. 40 do Decreto 1800/96)	
13	Reconhecer firma do titular/sócio/administrador/procurador (artigo 1.153 do Código Civil e IN DREI nº 38).	
14	Apresentar documento de identidade do procurador ou reconhecer firma da assinatura (Art. 1.153 do CC) - no caso de procuração particular.	
15	Falta assinatura do cônjuge para integralização do capital com bens imóveis (outorga uxória). Art. 220 e 1.647 do CC.	
16	Identificar os Signatários. Art. 1.153, do Código Civil, Anexos, da IN/DREI nº 38/2017.	
Integrantes (sócio/titular)		
17	O menor relativamente capaz (dos 16 aos 18 anos), sócio ou titular da sociedade/empresa, deve ser assistido por ambos os pais, devendo este assinar o instrumento conjuntamente com os seus responsáveis (arts. 1.634, VII e 1.690 do CC, IN DREI n.º 38/2017, Anexo II, item 1.2.6, alínea "B" e observação 1; Anexo V, item 1.2.5, alínea "B" e observação 1).	
18	O menor relativamente incapaz (menor de 16 anos), sócio ou titular da sociedade/empresa, deve ser representado por ambos os pais, devendo seus responsáveis assinarem o instrumento em seu nome. (arts. 1.634, VII e 1.690 do CC, IN DREI n.º 38/2017, Anexo II,	

JUC
SINDII
EXIC

Bart
Ass

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONTROLE INTERNET

027618431-9



19	O menor emancipado deverá apresentar a certidão de emancipação no ato a ser arquivado. IN DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.6, alínea "B" e observação 1; Anexo V, item 1.2.5, alínea "b" e observação 1.	
20	O sócio absolutamente incapaz não deve assinar o Instrumento, o qual deverá ser assinado por seu(s) representante(s) legais (IN DREI nº 38, Anexo II, Item 1.2.6, alínea "d")	
21	O sócio relativamente incapaz deve assinar o Instrumento em conjunto com seus assistentes (IN DREI nº 38, Anexo II, Item 1.2.6, alínea "c").	
22	Colher as assinaturas das testemunhas (devidamente qualificadas: nome completo, o nº do RG e o órgão expedidor), se optar por indicá-las no Instrumento (Enunciado 33 da Jucesp e Art. 34 do Dec. 1800/96).	
23	O empresário individual e o titular da Eireli poderão ter apenas uma única inscrição no país. (IN DREI nº 38, Anexo I, Item 1.3.3)	
Administração		
24	Pessoa jurídica não poderá exercer a Administração de sociedade ou empresa. Art. 1.011 do CC; IN DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.8; Anexo V, item 1.2.12.3.	
25	Inserir Declaração de Desimpedimento no ato ou apresentar em documento anexo - IN/DREI nº 38/2017, Anexo III, item 1.1 e 3.1	
Capital		
26	Corrigir o valor do Capital Social, o valor das cotas ou a sua distribuição – Item 1.2.10 e ss. da IN/DREI nº 38/2017	
27	Declarar ou corrigir a Forma e/ou o Prazo de Integralização do Capital - Item 1.2.10 e ss. da IN/DREI nº 38/2017	
28	O capital social da EIRELI deve ser de no mínimo 100 vezes o salário mínimo vigente e deve estar totalmente integralizado (Art. 980-A do CC)	
29	O Capital Social deve estar totalmente integralizado em virtude da presença de sócio menor de idade no quadro societário. §3º do art. 974, do Código Civil.	
30	O capital social está abaixo do mínimo exigido para as atividades nos termos da legislação específica. Art. 13 da Lei 7.102/83, com redação dada pela Lei 9.017/95, para empresa de vigilância e transporte de valores, Art. 4ºB da Lei 6.019/74, com redação dada pela	
31	O capital social da filial deverá ser inferior ao da matriz.. Anexo III, da IN/DREI nº 38/2017, item 5.1.7.	
32	Indicar a forma, o modo e o prazo de integralização do capital social. Art. 997, III e IV c/c 1.004 do CC.	
33	É vedado o fracionamento de cotas. Art. 1.056 do CC.	
Corrigir o ato		
34	Inserir no ato em cláusula expressa que o titular da EIRELI não participa de nenhuma outra empresa da mesma modalidade - item 1.2, do Anexo V, da IN/DREI 38/2017.	
35	Informações do Instrumento não conferem com atos anteriormente arquivados – art. 34, I, da Lei 8934/94.	
36	Esclarecer se a cessão/transferência foi realizada por doação (gratuita) ou venda (onerosa) – Item 3.2.6.1 da IN/DREI nº 38/2017.	
37	Declarar o Responsável pelo passivo e ativo porventura supervenientes e pelos livros contábeis obrigatórios – IN/DREI nº 38/2017, Anexo III, item 9.2.4.	
38	A empresa enquadrada em ME ou EPP não pode ser sócia e não pode ter sócia pessoa jurídica – Art. 3º, §4º e incisos da Lei Complementar 123/2006.	
39	Inserir cláusula de reativação – art. 60, § 4º da Lei 8.934/94	
40	Qualificar os bens indicados para a formação do capital (de quaisquer espécies, desde que suscetíveis de avaliação pecuniária), com descrição completa, titularidade e valor atribuído. Art. 1.055, §1º CC; IN DREI 38/2017; Enunciados Jucesp nº 14 e 14.1.	
41	O Instrumento deve conter todas as cláusulas obrigatórias conforme previsto na IN DREI nº 38/2017.	
42	A Filial alterada deverá ser expressamente qualificada com seu endereço, Nire e CNPJ.	
43	Qualificação de sócio, titular, administrador, conselheiro, representante, inventariante e/ou Identificação da Empresa incorreto ou incompleto - Art. 53 Decreto 1.800/96 e IN/DREI 38/2017.	
Diversos		
44	Cônjuges casados sob o regime de comunhão universal de bens ou sob o regime de separação obrigatória de bens não podem constituir sociedade entre si (Art. 977 do CC, e IN DREI nº 38/2017 Anexo II, Item 1.2.7)	
45	Depende de outro Processo (especificar)	

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONTROLE INTERNET

027618431-9



46	Documento(s) apresentado(s), encontra(m)-se com rasuras, emendas, entrelinhas, ilegível, ou fora de ordem sequencial ou incompletas. Especificar. (Arts. 35 e 57 do Dec. 1.800/1996).	X
47	Ato sujeito à aprovação prévia – IN/DREI 14/2013.	
48	Recolher os emolumentos devidos e/ou a diferença dos emolumentos – Item 1.1 – IN/DREI 38/2017; Art. 37, IV, Lei 8.934/94	
49	Apresentar o comprovante de pagamento da DARF (documento de arrecadação federal).	
50	Observar Impedimento ou anotação da Ficha Cadastral.	
51	Em virtude de reiteradas exigências acerca do mesmo tema, o documento foi indeferido nos termos do art. 198, inciso III do Dec. 58.879/13.	
Microempreendedor Individual - MEI		
52	Comprovar baixa do SIMEI – Art. 4º Lei Complementar 123/2006	
53	Apresentar documentação necessária para o cadastramento (certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI; cadesp (se a atividade exigir); comprovante de residência do Microempreendedor Individual ou ainda, declaração escrita que conste o endereço residencial; cópia do RG ou outro documento de identificação pessoal que conste a data de nascimento; cópia do cartão do CNPJ.	
Nome Empresarial		
54	Erro na composição do nome Empresarial (especificar) – Art. 1.158 do Código Civil e Art. 5º IN/DREI 15	
55	Colidência de nome empresarial (IN DREI n. 15, art. 6º e Decreto n. 1800/96, art. 62, §2º)	
56	Excluir a expressão "ME" ou "EPP" após a denominação social, nos termos da Lei Complementar n. 155/2016.	
Objeto Social		
57	Descrever o Objeto Social em gênero e espécie de atividades de forma clara e precisa – Art. 53, III, "b", Decreto 1.800/96.	
58	Atividade indicada não é empresária conforme legislação vigente. – Art. 966 e 982, Código Civil.	
59	Apresentar cópia autenticada da carteira da CREFITO para atividades relacionadas à fisioterapia ou terapia ocupacional (art. 30 da Resolução Coffito nº 37/1984).	
Procuração		
60	Anexar Procuração (com firma reconhecida) em processo apartado ou em anexo – Art. 653, Código Civil.	
61	A procuração deve conter poderes específicos para o ato – Art. 653 e 654 do Código Civil.	
62	Apresentar procuração lavrada por Instrumento Público, em razão da presença de sócio analfabeto no quadro societário (IN DREI nº 38, Anexo II, Item 1.2.16.1)	
63	Sócia/Titular Pessoa Jurídica com sede no exterior ou Sócia Pessoa Física residente no exterior: apresentar procuração outorgada à pessoa residente no Brasil com poderes específicos para o ato pretendido e poderes para receber citação judicial. A procuração outorgada no exterior deve estar consularizada ou apostilada (com exceção de procurações francesas e argentinas), traduzida por tradutor juramentado e registrada em Cartório de Títulos e Documentos. (Art. 129, 6º da Lei 6.015/73, Art. 119 da Lei 6.404/76, Art. 1.138 do CC, Art. 6º da IN DREI nº 34 e Enunciado nº 6 da Jucesp).	27 -SP" CIA
Cadastro VRE		
64	Dados informados no cadastro VRE, divergem dos documentos apresentados – Art. 44 Decreto 1.800/96 e IN/DREI 38/2017.	
65	Código do evento incorreto no cadastro VRE	
Viabilidade		
66	Juntar viabilidade e/ou Licenciamento - Item 1.1 – IN/DREI 38/2017.	
67	Corrigir viabilidade ou juntar viabilidade válida - Item 1.1 – IN/DREI 38/2017 (ou Licenciamento)	
DBE/ Protocolo de Transmissão RFB		
68	Apresentar o Documento Básico de Entrada (DBE)	
69	O objeto social informado no Instrumento diverge do informado no DBE.	
70	O porte da empresa informado no DBE diverge do porte constante do documento de enquadramento apresentado.	

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONTROLE INTERNET

027618431-9



71	O documento Básico de Entrada não está em termos para o deferimento.	
72	O código do evento não corresponde ao teor do ato trazido a arquivamento.	
73	Para os eventos de alteração do CNPJ – o número do CNPJ não corresponde ao constante do ato alterador.	
74	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos e constituição/inscrição e alteração, não corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos).	
75	O nome empresarial no requerimento de empresário não corresponde ao nome do empresário. (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome).	
76	A natureza jurídica informada não corresponde com o teor do ato a ser arquivado.	
77	O capital informado na FCPJ não corresponde ao capital constante do ato constitutivo/alterador.	
78	A descrição da atividade empresarial não está em conformidade com a descrição do CNAE informado.	
79	O DBE não está firmado por pessoa física responsável perante a RFB.	
80	O quadro de sócios/titular disposto no Instrumento diverge do DBE	
81	O endereço informado no DBE não está em consonância com o endereço indicado a ser arquivado.	
82	O nome dos sócios/titular indicado no Instrumento e/ou no DBE divergem dos dados indicados no Documento de Identidade apresentados (art. 57 do Dec. 1.800/96)	
83	A participação do(s) sócio(s) no capital social informada no Instrumento diverge do capital do(s) sócio(s) informada no DBE.	
Reiteração		
84	Reiteração das exigências anteriores	
Outras Exigências/ Descrever		

eja
olico